

Parecer nº 133/98

Data: 1998.10.07

Processo nº 427

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade Reclamada: Direcção de Serviços de Informação da Assembleia da República

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, apresentou à Direcção de Serviços de Informação da Assembleia da República, em 28 de Maio de 1998, um requerimento onde solicitava a reprodução através de fotocópias do seguinte:

- a) Convenções Europeias sobre: informação em matéria de direito estrangeiro (e protocolo adicional); obtenção no estrangeiro de informações e de provas em matéria administrativa; indemnização das vítimas de crimes violentos; exercício dos direitos das crianças; protecção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal;
- b) Convenções de Viena sobre relações consulares e diplomáticas;
- c) Acordo geral sobre os privilégios e imunidades do Conselho da Europa e protocolos adicionais 1º a 6º;
- d) Estatuto do Conselho da Europa;
- e) Avisos publicados no Diário da República sobre a assinatura, ratificação, aprovação e entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa das convenções, protocolos e estatutos referidos nas alíneas anteriores;

- f) Leis e resoluções da Assembleia da República, e avisos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que identifica;
 - g) Constituição da República Portuguesa;
 - h) Resoluções, declarações, recomendações, regulamentos e outras decisões equiparadas, “relativas às formas, métodos, regras e medidas de tratamento” de pessoas detidas ou presas, emanadas de instituições e organismos internacionais;
2. Mais requeria isenção do pagamento das despesas de reprodução e envio das solicitadas cópias e/ou publicações, ao abrigo do artigo 11º do Código de Procedimento Administrativo.
 3. Não tendo obtido qualquer resposta o cidadão apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), com data de entrada de 30 de Julho de 1998, reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.
 4. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).
 5. A Cada já teve ocasião de se pronunciar de forma abundante, e para o mesmo cidadão, sobre matéria idêntica, sendo essa a doutrina que, mais uma vez, se reafirma.
 6. A publicidade dos actos normativos apresenta-se como princípio fundamental do Estado de Direito Democrático, que exige o seu conhecimento por parte dos cidadãos e proíbe actos normativos secretos, contra os quais eles estariam inibidos de se defender (cfr. artigo 119º/2 da CRP). Publicidade em sentido amplo é qualquer forma de comunicação dos actos do poder público dotada de eficácia externa (v. g. através de ordens de serviço, avisos, etc.).

As convenções internacionais e os respectivos avisos de ratificação, e as leis e resoluções da Assembleia da República são actos normativos que têm de ser publicados na 1ª série do Diário da República, sob pena de ineficácia, como dispõem os artigos 8º, nº 2, e 119º, nºs 1, alíneas b), c) e e), e 2, da CRP, e 3º, nºs 2, alíneas c) e e), e 3, alínea a), da Lei nº 6/83, de 29 de Julho, na redacção do Decreto-Lei nº 1/91, de 2 de Janeiro. Essa publicação é hoje também acessível através da Internet.

7. Em face destes princípios, é doutrina da CADA que o texto de tais actos solenes do poder central, assim obrigatoriamente objecto de divulgação e publicação imediatas e de fácil acesso, não está abrangido pelas regras de acesso impostas à administração pela LADA. Diferente seria a solução se esses textos estivessem integrados em qualquer processo administrativo: nesse caso não haveria razão para os excluir de tal acesso.
8. O reclamante terá, porém, direito de acesso, inclusivamente através da sua reprodução por fotocópia, a listas que identifiquem e informem onde se encontram publicados esses textos legais, no caso de a Assembleia da República as possuir.
9. O reclamante solicita ainda – vide alínea *h*) do precedente nº 1 - a reprodução, por fotocópia, de vários actos (emanados de organismos internacionais) que apenas identifica através da indicação da sua espécie e da matéria neles tratada. Neste domínio a CADA reitera a sua doutrina anterior, acima exposta nos nºs 6 a 8: o reclamante não tem direito a cópias desses textos de Direito Internacional, embora tenha direito de acesso a listas que os identifiquem e informem onde se encontram publicados, no caso de elas existirem na Assembleia da República, a qual, porém, não está obrigada, só porque um cidadão lho requeira, a proceder a estudos com vista a identificar e listar os actos normativos e/ou administrativos que os organismos internacionais hajam emitido sobre as matérias por ele mencionadas.
10. Do exposto se extraem as seguintes conclusões:

- 1ª - A LADA não impõe à Assembleia da República que, a pedido de um cidadão, lhe forneça cópia dos textos de diplomas legais, de Direito Interno ou de Direito Internacional, publicados na 1ª série do Diário da República;
- 2ª - O reclamante terá direito de acesso, inclusivamente através da sua reprodução por fotocópia, a listas que identifiquem e informem onde se encontram publicados textos legais sobre determinada matéria, de Direito Interno ou de Direito Internacional, no caso de elas existirem na posse da Administração.

Aprovado pela CADA em sessão de 7 de Outubro de 1998.

Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat